



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12467 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVI Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd Nordeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT10 - Alfabetização, Leitura e Escrita

PRÁTICAS DE ALFABETIZAÇÃO EM ESCOLAS PÚBLICAS DE TEMPO INTEGRAL: Qual o Estado da Arte na ANPEd e no CONBAIf, entre 2015 e 2021?

Fabiana da Silva Correia Souza - UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

Andrea Tereza Brito Ferreira - UNIVERSIDADE FEDERAL PE

Agência e/ou Instituição Financiadora: Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do estado de Pernambuco (FACEPE)

PRÁTICAS DE ALFABETIZAÇÃO EM ESCOLAS PÚBLICAS DE TEMPO INTEGRAL: Qual o Estado da Arte na ANPEd e no CONBAIf, entre 2015 e 2021?

1. Introdução

Este trabalho apresenta uma análise do “estado da arte” sobre nosso objeto de estudo no doutorado, em andamento: as práticas de alfabetização de professoras de escolas públicas de tempo integral. Realizar esse tipo de pesquisa de caráter bibliográfico ajuda o pesquisador a perceber os aspectos e dimensões que vêm sendo privilegiados, em diferentes épocas, maneiras e condições, nos trabalhos publicados em determinadas bases de dados, utilizando “uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica” (FERREIRA, 2002, p. 258)

Nosso estudo pretende analisar como são organizados e desenvolvidos os modos de fazer das docentes, considerando suas concepções, possibilidades e desafios para alfabetizar os alunos no contexto da jornada integral. O interesse pela Educação em Tempo Integral surgiu posteriormente, e atrelado, ao nosso interesse pela alfabetização. Desde 2011, quando começamos a atuar na alfabetização de crianças, passamos a nutrir o desejo de investigar as práticas de alfabetizadoras do 1º ano do Ensino Fundamental, por ser este um momento

bastante desafiador para nós, docentes, já que é o início do ciclo da alfabetização, o qual foi reduzido para dois anos, após a homologação da Base Nacional Comum Curricular, em 2017.

Durante nossas aulas e em conversas com outras alfabetizadoras, percebemos algo recorrente: precisávamos de mais tempo, na jornada escolar, para darmos conta de um processo complexo e multifacetado, a alfabetização (SOARES, 2018), surgindo, então, a curiosidade pela jornada integral, que não se justificava/justifica de acordo com uma visão “conteudista”, “bancária” (FREIRE, 1987). Partimos da hipótese de que as professoras alfabetizadoras que atuam nessas escolas têm maiores condições para (re)construírem, qualitativamente, suas práticas, desde que visem a uma “formação integral” dos alunos, sendo quase impossível pensarmos nesse tipo de educação sem a ampliação do tempo escolar, nas escolas públicas brasileiras de ensino fundamental (COELHO, 2009), consideradas, há algum tempo, como instituições “minimalistas” (CAVALIERE, 2009), dentre outros aspectos, pelas “minguadas” quatro horas diárias ofertadas pela maioria dessas instituições (MOLL, 2012).

Assim como Coelho (2009, p. 93; 2013, p.05), pensamos que uma efetiva Educação Integral, no âmbito das escolas públicas, demanda um tempo integral na escola, mas não qualquer tempo. É preciso que haja um “tempo qualitativo”. Este, sim, pode possibilitar, “uma formação mais completa para o ser humano-cidadão-aluno”, uma educação que compreenda tanto as atividades escolares como outras capazes de promover “a construção da cidadania partícipe e responsável.” O que denominamos por Educação Integral é, em suma, a “formação completa do ser humano, ou a mais completa possível”, a qual é a principal função da escola.

Somente “entendendo-se mais tempo como oportunidade de uma outra qualidade de experiência escolar, é que a escola de tempo integral pode trazer alguma novidade ao sistema educacional brasileiro.” (CAVALIERE, 2007, p. 1023). É nesse sentido que destacamos a potencialidade da Educação Integral em Tempo Integral, afirmando que a ampliação da Jornada Escolar para o Tempo Integral pode produzir uma renovação das práticas de alfabetização nas escolas públicas brasileiras de Ensino Fundamental. Porém, a qualidade requerida pela Educação Integral em Tempo Integral, com acesso democrático e permanência dos alunos, demanda, seu financiamento e cooperação entre a União, Estados e Municípios, pois sua implantação necessita de recursos materiais e humanos, bem como da continuidade dos programas ao longo do tempo (MAURÍCIO, 2014).

Além disso, sabemos que apenas a Educação em Tempo Integral não leva, necessariamente, a uma Educação Integral nem “determina por si só, embora possa propiciar, práticas escolares qualitativamente diferentes.” Se a escola de tempo integral apenas reproduzir a escola convencional, o efeito será tão somente a potencialização dos problemas já existentes (CAVALIERE, 2007, p. 1017), dentre os quais destacamos o persistente fracasso das nossas escolas públicas em alfabetizar seus destinatários, os alunos das camadas populares (SOARES, 2018), uma situação ainda mais preocupante no contexto da atual Política Nacional de Alfabetização (PNA - 2019), a qual é marcada tanto pelo autoritarismo

como pela mercantilização e defende uma perspectiva de alfabetização “extremamente pobre” com uma “didática homogeneizante”, que “desrespeita a diversidade dos aprendizes e dos docentes”. (MORAIS, 2019, p. 66)

Sobre o mapeamento, destacamos que ele foi realizado a partir da leitura dos resumos dos trabalhos publicados, entre 2015 e 2021, nos anais das Reuniões Nacionais da ANPEd (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), no GT10 (Alfabetização, Leitura e Escrita) e no GT13 (Educação Fundamental), bem como nos anais do CONBALf (Congresso Brasileiro de Alfabetização). As produções foram, posteriormente, agrupadas com base na análise de conteúdo categorial (BARDIN, 1979).

É importante destacarmos que a delimitação do período da pesquisa se deve, sobretudo, à aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE, 2014), que deu grande visibilidade à Educação em Tempo Integral, estabelecendo, na Meta 6, que tal educação deveria ser oferecida em, pelo menos, 50% das escolas públicas, de forma a atender, no mínimo, 25% dos alunos da Educação Básica. Além disso, em sua Meta 5, lançou, ao país, o desafio de alfabetizar todas as crianças até o 3º ano do ensino fundamental, fatos que poderiam incentivar os estudos acerca da nossa temática.

Os resultados deste trabalho atestam a importância da realização da nossa pesquisa, uma vez que evidencia o pouco interesse dos pesquisadores pelo objeto por nós pesquisado, embora ele envolva duas áreas educacionais presentes nas metas do referido Plano, a alfabetização e a educação em tempo integral.

2. Análise e Discussão dos Dados

Sobre os anais do CONBALf e das Reuniões Nacionais da ANPEd, destacamos que, em 2021, quando tais eventos científicos foram realizados em formato on-line, houve um aumento significativo no número de publicações. Na 40ª Reunião da ANPEd, tal ampliação foi percebida, consideravelmente, apenas no GT10. Já no V CONBALf, ocorreu um aumento tanto no número de trabalhos quanto no de eixos temáticos, superando, em ambos os aspectos, as edições anteriores.

Após a leitura dos resumos, não encontramos trabalhos, diretamente, relacionados ao nosso objeto de estudo. Diante disso, decidimos selecionar alguns deles que podem, de certa maneira, contribuir na construção da nossa pesquisa. Além disso, resolvemos também categorizar as publicações, para percebermos quais temáticas vêm sendo privilegiadas nos referidos eventos. As categorias foram, então, criadas após a exploração do material, tomando como referência as temáticas abordadas pelos autores.

Embora nem todos os eixos do CONBALf estejam relacionados a nossa pesquisa,

inventariamos todos eles, do II ao V Congresso. Percebemos que há uma variação, de uma edição para a seguinte, na nomenclatura de alguns eixos e na quantidade. Por um lado, este é um aspecto positivo por possibilitar a inclusão de discussões atuais, como foi o caso da Alfabetização e o Ensino Remoto, presente no último Congresso, destacando-se como o eixo em que houve mais publicações. Por outro lado, essa flexibilidade causa certa dificuldade para realizarmos uma análise comparativa entre as edições. Sentimos dificuldade também, ao analisarmos os trabalhos, devido a não identificação das publicações como sendo ou um relato de experiência ou um artigo. Tentamos realizar tal categorização, porém os conteúdos dos trabalhos, muitas vezes, causaram dúvidas, o que nos levou a desistir dessa tarefa e denominarmos todas as publicações como “trabalhos”.

Somando-se as publicações das quatro edições e excluindo-se as que se repetiam, contabilizamos um total de 911 trabalhos. Como mencionamos, infelizmente, nenhum deles buscou investigar as práticas de alfabetização em escolas de tempo integral. No entanto, selecionamos 17 publicações, uma vez que abordavam temas como métodos de alfabetização, práticas de ensino e aprendizagem no 1º ano do ensino fundamental, análise e construção das práticas de alfabetização, organização do trabalho pedagógico, história da alfabetização no Brasil, os desafios e a formação do professor alfabetizador, a especificidade da alfabetização, dentre outros. Um desses 17 trabalhos, intitulado “Professores iniciantes e sua formação continuada para atuação nas classes de alfabetização de uma escola em tempo integral da rede municipal de ensino de Campo Grande – MS”, de certa forma, relaciona-se com nosso tema de estudo, porém seu foco é a formação e não as práticas dos professores alfabetizadores de escolas de tempo integral. O eixo “Alfabetização e Formação de Professores” foi aquele no qual mais trabalhos foram publicados em três das quatro edições (II, II e IV).

De um total de 165 trabalhos presentes nas Reuniões da ANPEd, 84 do GT10 e 81 do GT13, nenhum deles buscou investigar, especificamente, as práticas de alfabetização em escolas de tempo integral. Conforme procedemos com o CONBAlf, selecionamos algumas publicações, sendo 10 do primeiro GT e 5 do segundo. Os trabalhos selecionados no GT10 abordavam temáticas sobre a alfabetização, no ensino regular, direcionadas às práticas das professoras e/ou à aprendizagem dos alunos, destacando-se a publicação intitulada “O ensino da língua portuguesa na alfabetização inicial: tempos e contratempos”, pelo fato de objetivar refletir acerca do tempo destinado à aula de língua portuguesa e seu aproveitamento nas turmas de 1º ano. Após a leitura desse trabalho, elegemos o “tempo” como uma das nossas categorias, tendo em vista que investigaremos as práticas alfabetizadoras no âmbito do tempo integral.

Destacamos 4 dos 5 trabalhos selecionados no GT13, por abordarem temáticas relacionadas à Educação Integral ou ao Tempo Integral: 37ª Reunião - “A construção da concepção da escola de dia inteiro: aproximações entre a Escola Nova e o Programa Mais Educação”; “Educação integral e arte/educação: concepções, desafios e possibilidades no Programa Mais Educação”; 38ª Reunião - “A educação social desenvolvida na aula de “Estudo Dirigido” numa escola de Educação Integral e(m) Tempo Integral do município de

São Gonçalo (RJ)”; “Educação Integral e(m) Tempo Integral, O Programa “Novo” Mais Educação e sua concepção de formação humana. Nesses trabalhos, vemos que há um predomínio de estudos sobre o Programa Mais Educação, que, para Moll (2012), marcou, no século XXI, a retomada de um sonho, a escola de dia inteiro, tendo como horizonte a Educação Integral. Silva (2017), fundamentando-se em Cavaliere (2009), afirma que o desenvolvimento desse Programa, organizado conforme a vertente “Alunos em Tempo Integral”, seria a causa da predominância desse modelo organizativo na Educação em Tempo Integral, no Brasil, o qual, ao contrário das experiências enquadradas na vertente “Escola em Tempo Integral”, investe apenas no aluno e não nas escolas.

3. Conclusões

O mapeamento realizado nos revelou o quanto é desafiadora a tarefa de investigar as práticas de alfabetização no chão da escola pública de tempo integral, um tema, como vimos, pouco pesquisado, apesar de estar presente em dispositivos legais, como o PNE (2014).

Nossa tarefa será complexa também por dar-se num momento histórico em que, assim como outras áreas da educação, a alfabetização e a educação integral estão sendo disputadas por visões de mundo distintas, não só no cenário político, mas na sociedade como um todo, que vem enfrentando uma polarização ferrenha, desde as eleições de 2018, entre ideias neoconservadoras e progressistas.

Àqueles que pesquisam ou praticam neste campo educacional, cabe-nos lutar em prol das escolas públicas, defendendo a importância e o reconhecimento dessas instituições e de seus profissionais, de modo que tenhamos condições satisfatórias para dar conta desse desafio que é alfabetizar e formar o aluno enquanto ser humano em sua integralidade, dentro de uma Educação Integral em Tempo Integral, visando à qualidade dessa educação, a partir do fortalecimento da escola e do trabalho docente. (CAVALIERE, 2007; COELHO, 2009; COELHO e HORA, 2013).

Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

CAVALIERE, A. M. **Escolas de tempo integral versus alunos em tempo integral**. Em Aberto, Brasília, INEPE, v. 22, n. 80, p. 51-63, abr. 2009. Disponível em: <<http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2418/2157>>. Acesso em: 25 ago. 2022.

CAVALIERE, A. M. **Tempo de escola e qualidade na educação pública**. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1015-1035, out. 2007. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/es/a/VMNgFmGk5vW4dyYZ7796WzH/?format=pdf&lang=pt>>.
Acesso em: 25 ago. 2022.

COELHO, L. M. C. C. **História(s) da educação integral**. Em Aberto, Brasília, INEP, v.22, n. 80, p. 83-96, abr. 2009. Disponível em:
<<http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2420/2159>>. Acesso em: 25 ago. 2022.

COELHO, L. M. C. da C; HORA, D. M. Políticas públicas de educação integral em jornada escolar ampliada e trabalho educativo: docência questionada ou precarização do trabalho docente? In: **Educação integral: história, políticas e práticas** / organização Lígia Martha C. da Costa Coelho. – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Rovelte, 2013.

FERREIRA, N. S. de A. **As pesquisas denominadas “estado da arte”**. Educação & Sociedade, ano XXIII, no 79, Agosto/2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/vPsyhSBW4xJT48FrdCtqfp/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 25 ago. 2022.

FREIRE, P.. **Pedagogia do Oprimido**. 17^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MOLL, J. (Org). **Caminhos da Educação Integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre: Penso, 2012.

MAURÍCIO, Lúcia Velloso. **Ampliação da jornada escolar: configurações próprias para diferentes contextos – Brasil e Europa**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.22, n. 85, p. 875-898, out./dez. 2014. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/ensaio/a/yhr7DfkXxKSKgLLRLkYyRqQ/abstract/?lang=pt>>.
Acesso em: 25 ago. 2022.

MORAIS, A. G. de. **Análise crítica da PNA (Política Nacional de Alfabetização) imposta pelo MEC através de decreto em 2019**. Revista Brasileira de Alfabetização - ABAlf | ISSN: 2446-8584. Belo Horizonte, MG | v. 1 | n. 10 (Edição Especial) | p. 66-75 | jul./dez. 2019. Disponível em: <<https://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/357>>. Acesso em: 25 ago. 2022.

SOARES, M. **Alfabetização: a questão dos métodos** / Magda Soares. – 1. Ed., 2^a reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2018.